

- Brasil e China não chegam a acordo de restrição voluntária de exportações e salvaguardas específicas são regulamentadas
- Nova flexibilização reforça tendência de mudanças lentas no câmbio
- Reformas do sistema bancário chinês ganham ímpeto
- OCDE discute papel das empresas privadas na economia chinesa



中国
效应

E F E I T O

Implicações
para o planejamento
estratégico empresarial.

CHINA

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
13 e 14 de outubro
São Paulo

Os maiores especialistas em China
reunidos pela primeira vez no Brasil.

2005

www.cebc.org.br/conferencia



CONSELHO
EMPRESARIAL
BRASIL-CHINA
巴西-中国企业家委员会

Brasil e China não chegam a acordo de restrição voluntária e salvaguardas específicas são regulamentadas

As negociações governamentais em Pequim entre 23 e 30 de setembro, que culminaram nas reuniões dos Ministros Luiz Fernando Furlan e Bo Xilai, não resultaram em acordo para limitação voluntária de exportações de determinados produtos chineses ao Brasil. Embora os negociadores tenham avançado no intercâmbio de estatísticas comerciais e na avaliação da sensibilidade de alguns setores brasileiros às crescentes importações da China, a proposta de se restringir o acesso de dezenas de produtos chineses ao mercado brasileiro foi considerada muito ambiciosa pelos chineses.

Sem o acordo de limitação voluntária, o governo brasileiro internalizou, uma semana após o fim das negociações, a regulamentação das salvaguardas específicas contra produtos chineses. Em 06 de outubro, foram regulamentados dois mecanismos. O mais abrangente, previsto no artigo 16 da parte I do protocolo de acesso da China à OMC, determina imposição de salvaguardas até 2013 contra produtos que causem ou ameacem causar "ruptura de mercado" no Brasil. O segundo decreto é específico para têxteis e terá validade até 2008. Segundo o parágrafo 242 do relatório do grupo de trabalho sobre a acesso da China à OMC, também internalizado pelo Brasil, a China deverá restringir suas exportações de têxteis a até 7,5% ante o volume registrado nos 12 meses anteriores à aplicação das salvaguardas.

Em 23 de setembro, quando a equipe técnica ainda estava em Pequim, o governo brasileiro internalizou o protocolo de acesso da China na OMC, firmado na reunião ministerial em Doha (11.12.2001). A publicação do protocolo era passo necessário para a regulamentação das salvaguardas específicas.

Para que as salvaguardas sejam aplicáveis, é preciso que os setores interessados na investigação comprovem dano à indústria doméstica em função de surto de importação proveniente da China. O processo de determinação do dano analisa a evolução dos indicadores de importação por origem versus diversos indicadores da indústria nacional, em especial vendas, participação no consumo, produção, investimento, capacidade produtiva, grau de ocupação, salários, emprego, produtividade, preços e balanços patrimoniais das indústrias possivelmente afetadas.

Negociações em Pequim – A equipe técnica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior chegou a Pequim em 22 de setembro, liderada pelo Secretário de Comércio Exterior, Armando Meziat, que foi acompanhado por representantes de setores demandantes de restrições às exportações chinesas ao Brasil e do **Conselho Empresarial Brasil-China**.

Depois de uma semana de negociações técnicas, os ministros Luiz Fernando Furlan e Bo Xilai reuniram-se a fim de assinar um acordo que restringisse as exportações chinesas e evitasse a imposição de salvaguardas pelo Brasil. O Ministro Furlan enfatizou o interesse do governo em negociar com suas contrapartes chinesas e somente recorrer às salvaguardas específicas uma vez esgotada a primeira fase de consultas entre os dois países.

Encontro de empresários – No dia 24, houve reunião entre empresários brasileiros e chineses coordenada pela seção chinesa do CEBC, da qual também participaram a delegação empresarial brasileira e representantes do Ministério do Comércio chinês, do MDIC e do Itamaraty. O lado brasileiro focou suas apresentações nos objetivos da missão governamental à China, particularmente na busca de restrições voluntárias a exportações chinesas, nas dificuldades enfrentadas por alguns segmentos da indústria brasileira em meio ao crescimento de importações de produtos concorrentes chineses e nas pressões sobre o governo para pronta regulamentação e aplicação das salvaguardas específicas contra produtos chineses.

Já a seção chinesa do CEBC concentrou suas intervenções nas dificuldades encontradas em seus projetos de investimento no Brasil, que vão da lentidão

Decreto nº 5.556

Regulamenta as salvaguardas transitórias, objeto do artigo 16 do Protocolo de Acesso da China à OMC.

Decreto nº 5.558

Regulamenta a salvaguarda têxtil, objeto do parágrafo 242 do Informe do Grupo de Trabalho sobre a Acesso da China à OMC.

na obtenção de vistos de negócio e de trabalho para executivos chineses à elevada carga tributária incidente sobre investimentos no País. As empresas participantes do encontro assinalaram seu interesse estratégico em continuar investindo no Brasil, ainda que obstáculos burocráticos e, em particular, a carga tributária constituam um obstáculo a seus projetos. Com respeito às demandas brasileiras de restrição voluntária de exportações, o presidente da seção chinesa do CEBC, Miao Gengshu, assinalou que a China faria o possível para atender ao pleito brasileiro, mas as pressões semelhantes de vários outros países limitavam as opções de negociação da parte chinesa.

Reforma cambial

Nova flexibilização reforça tendência de mudanças lentas no câmbio

Assim como a valorização de 2,1% da moeda chinesa anunciada em julho, o aumento da banda de flutuação do yuan em relação a uma cesta de moedas, anunciado em 23 de setembro, não trouxe alteração macroeconômica ou comercial substantiva para a China ou seus parceiros. A nova medida, no entanto, buscou emitir sinais políticos importantes.

O anúncio de que a banda de negociação do yuan em relação ao euro, ao iene e ao dólar de Hong Kong subiria de 1,5% para 3% foi feito horas antes do início da reunião dos ministros das finanças do G-7, realizada em Washington. Em comunicado conjunto, os participantes anunciaram que dão boas-vindas “à decisão das autoridades chinesas de buscar maior flexibilidade do seu regime de câmbio”, além de esperar que o novo sistema “aumente a estabilidade da economia global e do sistema monetário internacional”. Segundo o Banco do Povo da China (BC chinês), a mudança recente exclui o dólar: conforme anunciado em julho, a banda de flutuação do yuan frente à moeda norte-americana permanecerá em 0,3%.

A medida é mais um sinal de que a flexibilização do câmbio chinês será feita de maneira mais lenta e cautelosa do que as demandas do governo norte-americano. Desde julho, quando foi anunciada a modificação do regime de câmbio e a introdução de flutuação gerenciada frente a uma cesta de moedas, o yuan valorizou-se adicionalmente 0,2%, para \$ 8,09 por dólar, contra valor fixo de \$ 8,27 por dólar registrado durante os nove anos em que vigorou o sistema de câmbio fixo frente à moeda norte-americana.

Operadores de câmbio – O Banco do Povo da China deverá certificar, nos próximos meses, bancos estrangeiros como HSBC e Citigroup a operar e definir as taxas interbancárias do yuan, uma atribuição hoje exclusiva ao BC. A notícia foi veiculada pelas agências de notícias oficiais do governo, segundo as quais “fontes familiares com as negociações” afirmaram que a certificação será aprovada antes do final do ano.

Também segundo as agências, o BC chinês planeja permitir que os bancos comerciais mantenham dólares *overnight*. Atualmente, os bancos devem vender os dólares que têm em caixa no final do dia à autoridade monetária.

Sistema financeiro

Aceleração nas reformas do sistema bancário chinês

O Bank of China (BoC) recebeu a segunda oferta de compra de parte dos ativos de um banco estrangeiro em pouco mais de um mês. O suíço UBS propôs acordo de cooperação estratégica que prevê investimento de US\$ 500 milhões e ajuda na gestão de ativos do banco em troca de cerca de 1,6% das ações do BoC. O acordo, em avaliação pelas autoridades regulatórias chinesas, veio na seqüência da compra de 10% dos ativos do BoC, por US\$ 3,1 bilhões, anunciada em agosto pelo Royal Bank of Scotland (RBS).

Investidores estrangeiros têm assumido posições crescentes nos bancos estatais chineses na expectativa de que suas amplas bases de distribuição e de clientes rendam bons negócios. Em troca, espera-se que o *know how*

Leia mais:
“HSBC, Citigroup to be
yuan market markers”
Xinhua, 24.09.2005

internacional dos novos parceiros auxilie no gerenciamento dos créditos irrecuperáveis dos bancos chineses e contribua para a introdução de mecanismos de gestão e controles de risco mais modernos. Em junho, o Bank of America ofereceu US\$ 3,1 bilhões por 9% das ações do China Construction Bank (CCB), e no final de 2004 o HSBC pagou US\$ 1,8 bilhão por 19,9% do Bank of Communications.

O UBS também informou que ofereceu US\$ 210 milhões por uma fatia de 20% da Beijing Securites, responsável pela operação do mercado de valores mobiliários chinês. Segundo executivos do UBS, a proposta está sendo discutida com a Comissão de Administração e Supervisão do Patrimônio Estatal (SASAC) e com a International Finance Corporation (IFC), órgão ligado ao Banco Mundial. Apesar de a fatia de 20% não lhe render o controle, o UBS ofereceu-se para se tornar o gerente das operações da Beijing Securites.

Rating – A agência de avaliação de risco Standard & Poor’s melhorou a avaliação de risco das instituições financeiras chinesas. O *rating* de longo prazo em moeda estrangeira do Banco da China (BoC), do Banco de Construção (CCB) e do Banco Industrial e Comercial (ICBC) foi elevado de “BBB-” para “BBB+”, e o *rating* de curto prazo subiu de A-3 para A-2.

Segundo a analista de crédito da S&P, Ryan Tsang, a melhora nas avaliações “reflete o sólido progresso dos bancos na melhora de seus perfis financeiros”. Esse progresso, segundo a analista, está baseado na melhora da qualidade dos ativos e dos processos de gerenciamento e na preparação dos bancos para a abertura de capital.

Novas agências – Bancos estrangeiros enfrentarão um número menor de etapas na abertura de suas agências na China. A notícia foi antecipada pelo porta-voz da Comissão de Regulação Bancária da China (CBRC), segundo o qual o atual prazo de dois anos exigido entre a abertura do escritório de representação e o lançamento das agências bancárias será reduzido. “Nós devemos divulgar a nova regulamentação por volta de 1º de dezembro, quando faltará um ano para a entrada total dos bancos estrangeiros no país”, antecipou.

A entrada a que o CBRC se refere faz parte do pacote de acessão da China à Organização Mundial do Comércio. Nos termos negociados pelo país para ingresso na OMC, há uma transição de cinco anos entre a acessão formal e a completa liberalização do mercado bancário à participação de atores estrangeiros. Esse prazo encerra-se em dezembro de 2006, e extensas preparações estão em curso para levantar as últimas restrições à atuação dos bancos estrangeiros.

A regra até agora vigente estabelece restrições de capital, de cobertura geográfica e de seqüência de operações. Hoje, somente após dois anos de operação de um escritório de representação podem os bancos estrangeiros abrir agências na China, e as agências devem ser obrigatoriamente instaladas em um conjunto de cidades autorizadas. Embora a regra tenha se expandido desde o ingresso da China na OMC e já inclua todas as grandes cidades, ainda está longe de representar cobertura completa do mercado bancário nacional.

Executivos da CBRC informaram também que a abertura de agências na região oeste da China receberá estímulos adicionais. A decisão alinha-se com a campanha governamental, introduzida em 2001, de incentivos às regiões interioranas do país, relegadas a um segundo plano nas primeiras duas décadas de abertura econômica chinesa.

Em entrevista à agência *Xinhua*, Xu Feng, diretor da CBRC, afirmou que os bancos estrangeiros podem candidatar-se à abertura de suas agências operacionais no oeste da China sem terem aberto escritório de representação previamente. O banco ABN Amro, que solicitou abertura de agência em Chengdu, capital da província de Sichuan, anunciou que deverá ser o primeiro estrangeiro a beneficiar-se desta regra.

Fundo de proteção dos investidores busca reanimar bolsas

Na mais recente tentativa de injetar confiança no mercado de capitais da China, o governo anunciou a criação de um fundo de compensação que protegerá investidores de grandes perdas. Os recursos para compor o fundo provirão de taxas aplicáveis sobre operações nas bolsas de Xangai e Shenzhen e sobre as corretoras. Segundo a Comissão de Valores Mobiliários da China (CSRC), o fundo recebeu também uma injeção inicial de \$ 6,3 bilhões de yuan feita com recursos do governo.

“O fundo nos permitirá compensar os investidores de maneira muito rápida, em especial pequenos investidores e corretoras que estejam prestes a fechar ou decretar falência”, anunciou um porta-voz da CSRC em entrevista ao jornal *China Daily*.

A CSRC não detalhou a dimensão da ajuda que será dispensada aos investidores e tampouco o patamar de perdas a partir do qual o dinheiro poderá ser utilizado. Segundo o porta-voz da CSRC, o fundo poderá ser empregado também em outras operações aprovadas pelo Conselho de Estado. Segundo analistas ouvidos pelo *Financial Times*, o mecanismo busca principalmente injetar confiança nas corretoras de valores, que perderam cerca de \$ 15 bilhões de yuan só em 2004.

Baseado em experiências similares colocadas em prática em Hong Kong e Taiwan, o governo chinês também analisa a criação de outro fundo de proteção que intervenha diretamente no mercado nos momentos de queda abrupta.

No acumulado do ano, o principal índice da bolsa de valores de Xangai já recuou 11%. No acumulado de 2004, a queda foi de 15%. Em outra tentativa de reanimar o mercado de capitais, diversas grandes empresas estatais chinesas, inclusive os bancos, abrirão capital em bolsa no começo de 2006. No final de junho, o governo anunciou que 42 empresas – entre as quais Baosteel e Yangtze Electric Power – lançarão até US\$ 200 bilhões em ações nas bolsas de Xangai e Shenzhen (leia mais na **Carta da China** nº 09). Atualmente, as duas bolsas totalizam US\$ 150 bilhões em ativos, distribuídos entre 1.200 empresas listadas.

Carta da China nº 9

Rumo ao nordeste

Liaoning permite investimento 100% estrangeiro em estatais de grande porte

Investidores estrangeiros poderão adquirir controle total sobre empresas locais de pequeno, médio e grande portes localizadas na província de Liaoning, no nordeste da China. A notícia faz parte de um pacote legislativo que busca atrair investidores e revitalizar a indústria manufatureira da região. As únicas exceções à abertura são as minas de carvão, cujo controle permanecerá nas mãos do governo local, e empresas do governo central, cuja legislação sobre propriedade estrangeira é nacional e foi reformada em 2004.

Segundo Li Wancai, vice-governador da província, estrangeiros serão convidados a investir especialmente nos setores manufatureiro, petroquímico e farmacêutico. Antes da reforma na legislação, a participação do capital estrangeiro estava restrita a empresas estatais de pequeno e médio portes e a companhias privadas. Em todos os casos, o investidor estrangeiro não podia assumir fatia majoritária da empresa.

Embora não tenha havido anúncio sobre a extensão a outras províncias do programa de incentivos a investimentos estrangeiros em antigas estatais, é muito provável que a iniciativa de Liaoning seja o piloto de um programa mais amplo de redução da participação do Estado na produção e oferecimento de antigas estatais a investidores estrangeiros. Dois fatores apontam nesse sentido: de um lado, está em curso um vasto programa nacional de reestruturação das empresas estatais por meio de fusões, aquisições e introdução de novos critérios de gestão e governança, executado pela Comissão para Supervisão e Administração do Patrimônio Estatal (SASAC).

O programa tem sido relativamente bem-sucedido na reconversão das empresas estatais, e deverá fechar ou reestruturar dezenas de milhares de empresas estatais até o final da década. Por outro lado, é significativa a ocorrência de programas dessa natureza em Liaoning, uma das províncias de economia mais planejada da costa chinesa, na qual as estatais ainda dominam mais da metade da produção industrial. A característica se estende também a Jilin e Heilongjiang, todas no nordeste da China.

Os incentivos aos investimentos nas estatais de Liaoning fazem parte da política do governo central de estimular o desenvolvimento do nordeste, região apelidada de "rust belt" (cinturão da ferrugem) por economistas ocidentais. A região foi berço da indústria pesada chinesa, inspirada no modelo soviético de desenvolvimento, e hoje mantém algumas bases produtivas mais obsoletas do país, concentrando alguns dos mais severos focos de desemprego e turbulência social do país.

O governo Hu Jintao tem atribuído grande prioridade à revitalização da economia do nordeste chinês. Da mesma forma que na gestão anterior o então presidente Jiang Zemin priorizou a expansão em direção ao oeste, programa que se tornou um dos sinônimos de seu governo, Hu adotou o nordeste como foco prioritário para investimento e redução dos desequilíbrios regionais gerados pelo processo de crescimento acelerado da economia chinesa.



OCDE dissipa mitos e esclarece papel das empresas privadas na economia chinesa

Evento: Divulgação pela OCDE (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento) de pesquisa econômica sobre a China.

Importância: Relatório analisa dados de mais de 160 mil empresas e mostra que o setor privado respondeu por 59% da produção total da China em 2003, contra 50% em 1998. No entanto, a influência do setor privado nos rumos da economia continua muito menor do que sua contribuição produtiva poderia sugerir, especialmente por conta das severas restrições ao crescimento das empresas privadas domésticas.

Análise: A pesquisa da OCDE oferece um bom panorama da estrutura atual e das perspectivas para a economia chinesa, além de corrigir duas falsas análises correntes sobre o futuro do país:

1. Crescimento "insustentável" – a primeira falsa concepção é a de que a elevada taxa de crescimento do PIB é insustentável. Baseada em análise de tendências produtivas e da demografia da força de trabalho, a OCDE estima que o potencial de crescimento do PIB chinês tenha subido de cerca de 8% em 1999 para 9,5% neste ano. Ainda que a taxa seja alta, ela tem outros precedentes na história econômica. O crescimento do PIB per capita nas áreas mais ricas (Pequim, Xangai e Guangdong) tem acompanhado as taxas de crescimento registradas pela Coreia do Sul, por exemplo, há 35 anos.
2. Crise financeira "iminente" – ainda que a reforma do setor financeiro seja a questão econômica mais crítica para a China, o relatório demonstra que progressos têm sido feitos e que o governo tem considerável espaço de manobra. O total de compromissos financeiros assumidos por pessoas físicas e jurídicas ficou em 125% do PIB em 2003, acima do nível registrado na Itália ou na França, mas substancialmente abaixo do patamar dos Estados Unidos, Grã Bretanha e Alemanha. Já o total de ativos financeiros chega a 196% do PIB, um patamar que, embora baixo para os padrões dos países desenvolvidos, permite indicar que uma embora crise financeira não é iminente. O relatório da OCDE também qualifica as políticas fiscais do governo como "extremamente prudentes", uma vez que o rápido crescimento da arrecadação e a dívida pública relativamente pequena significam que Pequim tem amplo espaço para absorver os créditos irrecuperáveis do sistema financeiro.

Setor corporativo – A OCDE teve acesso a uma vasta base de dados do Escritório Nacional de Estatísticas da China, que inclui informações financeiras detalhadas de mais de 160 mil empresas entre 1998 e 2003. Em 2003, o setor privado respondeu por 59% do total da produção do país, contra 50% em 1998. No entanto, a fatia privada na produção varia de maneira expressiva, dependendo do setor. Na agricultura, onde boa parte da produção é controlada pelas famílias, a fatia privada é de 96%, seguida por distribuição (80%), construção (76%), serviços comerciais (39%) e serviços públicos (16%).

Na indústria, a composição é mais complexa. De maneira ampla, o setor privado respondeu por 61% da produção industrial em 2003, mas se trata, em grande parte, de empresas de pequeno porte. Entre as companhias com vendas anuais inferiores a 5 milhões de yuan, as privadas respondem por 90% da produção industrial. No caso das empresas acima dessa faixa, a fatia privada na produção industrial cai para 52%.

Lucro – As indústrias privadas estão crescendo não apenas em número, mas também em lucratividade. O retorno anual das firmas privadas industriais cresceu de 8,6% em 1999 para 14,4% em 2003. Ao mesmo tempo, o endividamento médio caiu de 64% para 47%.

A pesquisa também conclui que as empresas privadas são muito mais eficientes que as estatais, uma vez que utilizaram 50% menos capital por unidade de produção do que as controladas pelo governo. Em termos de produtividade da mão-de-obra, os resultados das estatais foram 15% menores.

Ressalva – Embora enfatize o rápido crescimento do setor privado, o relatório também faz duas ressalvas:

1. Contribuição estrangeira – empresas de controle estrangeiro são responsáveis por um terço do valor adicionado ao setor privado e por dois terços das exportações feitas também por empresas privadas. Esse resultado reflete a divergência entre os ambientes regulatórios de empresas de capital doméstico ou estrangeiro na China. Companhias estrangeiras costumam ser submetidas a tributos menores, estão sujeitas a exceções tarifárias para importação de insumos e, até o início de 2005, podiam operar em setores com acesso controlado às empresas domésticas privadas.

Por conta de regras como essas, das barreiras à mobilidade do capital e às fusões e aquisições, empresas estrangeiras encontram um ambiente mais amistoso para sua expansão do que as privadas de capital doméstico. Enquanto o ambiente regulatório não permitir a criação de grandes grupos empresariais privados, a influência do setor na política econômica continuará a ser menor do que sua fatia produtiva poderia sugerir.

2. Setor estatal – O setor continua sendo economicamente significativo, uma vez que seus ativos representam 85% do PIB – um índice muito mais alto do que em países europeus nos quais o Estado ainda controla fatias importantes da economia, como França e Itália (entre 25% e 30%), e muito acima de outras economias em desenvolvimento.

Além disso, a produtividade e a lucratividade do setor têm crescido paulatinamente. O retorno sobre o capital investido nas empresas estatais chinesas passou de 3,4% em 1998 para 10,2% em 2003, impulsionado principalmente pelo aumento do fator de produtividade de algo em torno de zero para cerca de 5% no mesmo período. O retorno sobre o capital nas empresas privadas é significativamente maior (14,4% em 2003), mas o desempenho do setor estatal continua respeitável.

Entretanto, tais retornos estão concentrados nas grandes empresas estatais (cerca de 20% do total). Além disso, seus empreendimentos não-industriais têm desempenhos menos expressivos, com retorno sobre o capital de 2,8% em 2003.

Conclusão – O setor privado responde por mais da metade da produção econômica na China, é mais eficiente e cresce a taxas mais elevadas do que o estatal. No entanto, o Estado mantém o controle sobre muitos segmentos industriais intensivos

em capital e serviços públicos, com desempenhos cada vez melhores. No geral, as empresas privadas têm pequeno porte, e as barreiras para a expansão das firmas privadas domésticas são consideráveis. Enquanto essas condições persistirem, a influência do setor privado na condução da economia continuará a ser menor do que sua contribuição à produção poderia sugerir.

** Reprodução autorizada de artigo da Oxford Analytica (www.oxan.com) publicado em 04.10.2005. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China são responsáveis pela tradução dos artigos publicados no convênio CEBC-Oxford Analytica.*



Copyright 2005 Oxford Analytica Ltd.

Área de livre comércio entre China e Chile avança rápido

As negociações para criação de uma área de livre comércio entre China e Chile têm avançando em ritmo intenso. A quarta rodada de negociações foi encerrada em 16 de setembro e a quinta deverá ser aberta já em outubro, em Pequim. Segundo a *Xinhua*, "os negociadores alcançaram progressos importantes" nas áreas de quarentena animal e vegetal, barreiras técnicas ao comércio, regras de origem e mecanismos de solução de disputas comerciais.

Bush vai à China em novembro

O presidente George W. Bush aceitou o convite de Hu Jintao e visitará a China em novembro. O anúncio foi feito pelo diretor de Assuntos Asiáticos da Casa Branca, Mike Green. A visita deverá ser feita após o encontro da APEC (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico), que será realizado na Coreia do Sul. Antes de Bush, o secretário do tesouro dos Estados Unidos, John Snow, e o presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, deverão liderar, no final de outubro, delegação a Pequim que discutirá assuntos econômicos com o governo chinês. Em particular, Snow e Greenspan voltarão a exigir do governo ajustes em seu regime cambial.

Investimento estrangeiro direto na China chega a US\$ 61 bilhões em 2004

A China foi, no ano passado, o terceiro principal destino dos investimentos estrangeiros diretos no mundo. Segundo estudo da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), em 2004 o total de IED na China atingiu US\$ 61 bilhões, contra US\$ 54 bilhões em 2003. Em primeiro lugar, vieram os Estados Unidos, com US\$ 96 bilhões, seguidos por Grã Bretanha, com US\$ 78 bilhões.

No entanto, segundo a UNCTAD, parte expressiva do fluxo de IED para os países desenvolvidos refletiu o aumento de atividades de fusões e aquisições, que são mais voláteis do que os investimentos em novas plantas, como o que predominou na Ásia. O continente asiático recebeu US\$ 148 bilhões em IED, dos quais 41% destinaram-se à China.

Produção chinesa de aço deve crescer 24,5% em 2005

A produção chinesa de aço deve atingir 340 milhões de toneladas ao final de 2005, crescimento anual de 24,5%. A estimativa foi feita por Xu Lejiang, presidente da Baosteel, maior siderúrgica do país, segundo o qual o ritmo de crescimento deve diminuir a partir de 2006. Nos primeiros oito meses de 2005, a produção chinesa de aço alcançou quase 225 milhões de toneladas.

Em entrevista coletiva, Xu afirmou que o enxugamento do setor siderúrgico chinês vai se intensificar ao longo dos próximos anos, conforme delineou o governo central na reforma anunciada em julho (veja **Carta da China** número 10). De acordo com a política definida para o setor, as fusões criarão duas siderúrgicas com capacidade para produzir até 30 milhões de toneladas de aço por ano.

Em 2005, a Baosteel prevê faturamento de US\$ 14,9 bilhões, atingindo a capacidade produtiva de 23 milhões de toneladas anuais. A segunda grande

siderúrgica será a Anben Iron & Steel Group, formada em agosto pela fusão da Angang New Steel e Bengang Steel Plates, que ocupavam até então as posições de segunda e quinta maiores siderúrgicas da China.

Excesso de competição leva 27 marcas de ar-condicionado a desaparecer na China

Em alguns segmentos da indústria, as ineficiências geradas pelo excesso de investimentos característico da economia chinesa começam a ser corrigidas pela própria competição. Dados do Centro de Informação do Estado (SIC – State Information Center) mostram que 27 marcas de ar-condicionado foram extintas do mercado chinês entre agosto de 2004 e julho de 2005 por conta da falta de competitividade das pequenas indústrias. Do total de 69 marcas existentes hoje no mercado chinês, 48 têm menos de 1% de fatia de mercado nas grandes cidades. Segundo o levantamento feito pelo SIC, as quatro maiores marcas de ar-condicionado do país – Haier, Midea, Gree e Chigo – detêm 54% do mercado.

Governo estuda incentivos para aviação regional

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), juntamente com a Administração Geral de Aviação Civil (CAAC), informaram que estão estudando medidas de estímulo à aviação regional como maneira de facilitar o transporte de passageiros das áreas mais remotas da China. Segundo anúncio publicado no *China Daily*, o objetivo é estimular a competição e forçar quedas nas tarifas, além de diminuir o tempo de espera nas conexões.

O governo considera também diminuir os custos operacionais e a compra de mais aviões de porte regional. Atualmente, há 73 jatos regionais em operação na China. Esta pequena quantidade, aliada à inexistência de tarifas aeroportuárias especiais para a operação de jatos regionais, freqüentemente leva à utilização de aviões de grande porte em vôos com poucos passageiros.

O presidente da China Aviation Industry Corp I (AVIC I) confirmou que a primeira aeronave regional chinesa construída sem capital estrangeiro será colocada em operação antes de 2009. Chamado de ARJ-21, o jato tem modelos com capacidade que varia de 70 a até 110 passageiros.

Grupo chinês compra ativos de petróleo no Equador

A petrolífera canadense EnCana Corp. confirmou, em 15 de setembro, a venda de todos os seus ativos no Equador ao consórcio chinês Andes Petroleum, liderado pela CNPC (China National Petroleum Corporation). O consórcio pagará US\$ 1,42 bilhão pela área de concessão no Equador, com reserva estimada em 143 milhões de barris e produção diária de 75 mil barris. O Equador é, atualmente, o segundo maior exportador de petróleo para os EUA, ficando atrás apenas da Venezuela.

Há mais de um ano, a EnCana tentava vender seus ativos petrolíferos no Equador a fim de concentrar seus negócios na América do Norte. A compra foi, mais uma vez, disputada entre chineses e indianos. Assim como na aquisição da PetroKazakhstan, a estatal indiana ONGC perdeu a concorrência para a oferta da chinesa CNPC.

Disputa pela exploração de gás na fronteira marítima entre China e Japão

A terceira rodada de negociações entre China e Japão sobre a exploração das reservas de gás no Mar do Leste da China terminou sem grande progresso. Os japoneses acusam o governo chinês de extrair gás ilegalmente do campo de Tianwaitian, que fica entre o sudeste da China e a ilha japonesa de Okinawa. Já os chineses acusam Tóquio de provocação ao ter dado à companhia privada de petróleo Teikoku Oil o direito de explorar campos na região em disputa.

Durante os dois dias de reunião, a delegação chinesa propôs que a exploração na região seja feita por meio de operações conjuntas entre empresa chinesas e japonesas. Os negociadores japoneses concordaram, mas anteciparam que o diálogo só continua se as explorações chinesas em Tianwaitian forem suspensas.

Leia mais:

“Shot-haul jets blessing for flying trekkers!”

China Daily, 27.09.2005

Visita de Hu Jintao ao México termina com acordos para produtos básicos

A visita de dois dias do presidente chinês Hu Jintao ao México terminou com a assinatura de acordos que buscam aumentar as exportações mexicanas de produtos básicos. Hu destacou que há interesse do governo chinês em elevar as compras de produtos agrícolas (com destaque para uvas e pêssegos) e pescados, além de aumentar a cooperação nos setores de mineração e indústria leve.

A balança comercial favorável aos chineses e a migração de empresas norte-americanas do México em direção à China têm, no entanto, provado atritos comerciais. Empresários mexicanos aproveitaram a visita do presidente Hu para pedir maior controle sobre a venda de produtos chineses ilegais, em especial no setor têxtil. O México detém o maior déficit comercial latino-americano com a China, e a média de uma “maquiladora” por semana tem fechado no país devido à concorrência crescente com produtos chineses nos mercados norte-americano e canadense.

The Economist: Crescimento dos protestos na China preocupa partido

Matéria publicada na revista britânica *The Economist* em 29/09 destaca que o governo chinês começa a inquietar-se com aumento das manifestações de massa nas grandes e pequenas cidades, e está colocando em prática medidas de controle policial mais rígidas. De acordo com Zhou Yongkang, chefe da polícia chinesa, em 2004 houve 74 mil protestos em toda China, que envolveram mais de 3,7 milhões de pessoas. Em 2003, a polícia chinesa contabilizou 58 mil protestos, e em 1994 foram apenas 10 mil.

De acordo com Zhou, a polícia chinesa tem buscado conter os protestos mais violentos com unidades da “polícia especial”, formada por membros das unidades “antiterrorismo” e “antidesordem”. Em julho, por exemplo, a polícia especial deteve dezenas de pessoas que manifestavam-se em Xangai contra decisão judicial de desapropriá-las. Um mês depois, em Guangdong, a polícia entrou em choque com manifestantes da vila de Taishi em razão de disputa por terras. Segundo a reportagem, o aumento do trânsito de jornalistas pela China e o maior número de meios de transmissão da informação, especialmente celulares e internet, têm ajudado a dar mais visibilidade às manifestações no país.

Regulamentação aumenta controle sobre notícias da internet

Pouco após a divulgação de regras mais rígidas para investimento estrangeiro em empreendimentos de mídia, o governo central chinês anunciou regulamentação que aumenta o controle sobre notícias e outras informações disponíveis para usuários da internet. As regras, que na prática detalham controles já existentes, determinam que alguns mecanismos de busca e portais de informação chineses, como Sina.com e Sohu.com, deixem de publicar artigos com conteúdo próprio e passem a divulgar apenas opiniões e notícias geradas pelas agências e jornais do governo. No caso dos websites de notícias, além da necessidade de registro junto às autoridades, está vetada a publicação de informações consideradas “contrárias à segurança nacional, à estabilidade nacional e ao interesse público”.

Também ficou definido que grupos de discussão só podem ser lançados depois de registrados como “organizações de notícias”, o que implica cadastramento, junto às autoridades, das pessoas físicas responsáveis. A nova regulamentação foi considerada pelo *The New York Times* como o pacote mais incisivo de controle da opinião na China desde 2000.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Renato Amorim
Isabela Nogueira

Estagiárias: Marla Naumann e Zaira Lanna

Projeto gráfico

Casa do Cliente – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br